

Multivacinação não oferece risco e aumenta imunidade coletiva

As campanhas de multivacinação, que funcionam como mutirão de aplicação de imunizantes para atualização da caderneta de vacinação, não oferecem risco à população e são, efetivamente, uma forma de aumentar a cobertura vacinal no país e fortalecer a imunidade coletiva, evitando o risco de surtos de doenças que podem levar à morte e a sequelas graves.

Mas, em um cenário de proliferação de *fake news* e desinformação, algumas pessoas demonstram receio em relação à aplicação de mais de um imunizante no mesmo dia.

Neste Dia Nacional da Vacinação, celebrado em 17 de outubro, especialistas ouvidos pela **Agência Brasil** reforçam a importância da estratégia adotada pelo Ministério da Saúde e ajudam a descartar mitos e receios que envolvem a multivacinação, direcionada principalmente às crianças e adolescentes menores de 15 anos.

Em campanhas recentes, o ministério disponibilizou 17 vacinas que protegem contra doenças como poliomielite, sarampo, rubéola e caxumba, entre outras.

Sem riscos

A pesquisadora Patricia Boccolini, coordenadora do Observatório de Saúde na Infância (Observa Infância), instituição ligada à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), explica que não há limite para a quantidade de vacinas que uma criança pode receber no mesmo dia. Ela defende que “é importante não desperdiçar aquela oportunidade de deixar as vacinas daquela criança em dia”.

“Segundo o Ministério da Saúde, em princípio, todas as vacinas de rotina da criança podem ser aplicadas no mesmo dia”, afirma.

Boccolini acrescenta que sempre há um profissional da saúde no local do mutirão para avaliar quais vacinas são necessárias e administrar as doses.

O Observa Infância é uma iniciativa de divulgação científica para levar ao conhecimento da sociedade dados e informações sobre a saúde de crianças.

Multivacinação não oferece risco e aumenta imunidade coletiva

A diretora da Sociedade Brasileira de Imunizações (Sbim), Isabella Ballalai, conta que algumas vacinas precisam respeitar um intervalo de aplicação. “Intervalo mínimo entre duas doses da mesma vacina e o intervalo mínimo entre uma vacina e outra, e isso vai variar de acordo com o imunizante”.

“O profissional da saúde, quando avaliar essas vacinas atrasadas, vai buscar aproveitar melhor aquela visita”.

A diretora da Sbim derruba o mito de que a multivacinação sobrecarrega o sistema imunológico de crianças e adolescentes.

“A gente se expõe a vírus, bactérias e fungos 24 horas por dia, e isso não sobrecarrega. Não vai ser a quantidade mínima de antígenos que tem nas vacinas que vai sobrecarregar o sistema imunológico. Ao contrário, as vacinas ajudam o sistema imunológico, apresentando esses antígenos das doenças consideradas mais graves, de forma que ele possa criar esses anticorpos sem adoecer”, detalha.

Boccolini completa: “O que pode acontecer são reações leves, como febre, dor no lugar da aplicação, algumas reações pequenas”.

“A gente tem que pensar que os benefícios da vacinação em proteger contra doenças graves que podem levar à morte das crianças superam esses pequenos desconfortos temporários que possam surgir”, acrescenta a pesquisadora.

Vacinas específicas

A coordenadora do Observa Infância faz o adendo de que os profissionais de saúde que acompanham a vacinação orientam sobre casos específicos de vacinas que não devem ser tomadas no mesmo dia.

“A gente tem algumas exceções, por exemplo, a vacina da tríplice viral – que protege contra sarampo, caxumba e rubéola – ou a tetra viral – que protege contra sarampo, caxumba, rubéola e também varicela [popularmente conhecida como catapora] – em crianças menores

de 2 anos não devem ser aplicadas com outras vacinas, como a de febre amarela”, alerta.

“A vacina da febre amarela pode ter alguma interferência na resposta imunológica quando combinada com componente, por exemplo, da caxumba e da rubéola presentes na tríplice viral”.

Para esses casos, é preciso um intervalo de 30 dias entre as vacinas, explica. Já para maiores de 2 anos, as vacinas podem ser aplicadas simultaneamente, de acordo com Boccolini.

Ela cita também a Qdenga, vacina contra a dengue produzida pelo laboratório japonês Takeda. Por enquanto o Sistema Único de Saúde (SUS) só a disponibiliza para adolescentes. Mas, tecnicamente, pode ser aplicada em crianças menores.

“É uma vacina de vírus atenuado, ela também segue esse mesmo esquema de ser tomada sozinha e não junto com outras vacinas”.

A pesquisadora enfatiza que qualquer tipo de questionamento, inclusive sobre vacinas que gestantes podem tomar, é elucidado por profissionais de saúde presentes nos mutirões. “Todas essas dúvidas vão ser tiradas lá, no momento da vacinação”.

Cobertura vacinal

Além de serem benéficas para a criança e o adolescente que se protege de doenças evitáveis, as campanhas de multivacinação são importantes para o país, pois são uma forma de ampliar a cobertura vacinal.

“Todo esse esforço conjunto facilita o acesso a vacinas”, avalia Boccolini. “Quando se atualiza a caderneta, você faz com que as doses atrasadas sejam aplicadas em um único momento”.

A consequência, completa, é que o país “se protege contra surtos, fortalecendo a imunidade coletiva”.

Por isso, há o interesse de a cobertura vacinal se manter sempre elevada. A coordenadora

cita o exemplo do sarampo. “Uma doença que a gente conseguiu controlar, mas, vira e mexe, ela volta porque não foi erradicada no mundo”.

Outro caso é a poliomielite, que pode causar paralisia infantil. O Brasil erradicou a doença, que ainda é endêmica em muitos lugares do mundo, ou seja, está presente com recorrência em determinada região, mas sem um aumento significativo no número de casos.

“A gente precisa ter uma cobertura vacinal alta, imunidade coletiva, para que, caso tenhamos alguma pessoa vinda de fora com a doença, estejamos preparados para que não tenha uma questão aqui no território nacional”, explica a especialista, que aponta a necessidade de a nossa cobertura vacinal atingir em torno de 90% a 95% do público-alvo.

De acordo com o Ministério da Saúde, a cobertura vacinal em 2024 é de cerca de 85%. O país não registra casos de poliomielite desde 1989 e, cinco anos depois, em 1994, recebeu a certificação de área livre de circulação do poliovírus selvagem.

No entanto, em 2023, o país foi classificado como de alto risco para a reintrodução do poliovírus pela Comissão Regional para a Certificação da Erradicação da Poliomielite na Região das Américas (RCC), ligada à Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), escritório da Organização Mundial da Saúde (OMS) nas Américas.

Em junho de 2024, o Ministério da Saúde lançou a campanha de vacinação contra a poliomielite, com o objetivo de imunizar 95% do público-alvo de 13 milhões de crianças menores de 5 anos.

Percepção de doenças

A pediatra Isabella Ballalai, da Sbim, destaca que, ao longo da história, campanhas de multivacinação foram muito importantes para a eliminação de doenças evitáveis, como sarampo, poliomielite e varíola. “Foi a forma de a gente conseguir vacinar quase a totalidade da população-alvo”.

Ela lembra que antes da erradicação, a vacinação tinha grande apelo entre a população, pois

as pessoas vivenciavam exemplos de efeitos causados pelas doenças.

“Naquela época, as campanhas eram atrativas para a população que conhecia as doenças, que via a criança morrendo, via criança com sequela. Essas doenças eram as maiores causas de mortalidade infantil”.

Ela explica que a vacinação é uma questão comportamental. “Quando a pessoa se vê naquele risco, ela procura a vacina”.

Isabella aponta, no entanto, que com menor percepção de risco causada pela eliminação de doenças, o interesse por vacinação fica mais baixo, ainda mais se conjugado com obstáculos como rotina atribulada, que atrapalhe a levar ao posto de vacinação, e dúvidas causadas por desinformação.

“Este momento que a gente vive mais intensamente agora e depois da covid-19 por conta, inclusive, de muita desinformação, deixa a população em dúvida e uma população que não está vendo risco nenhum de pegar pólio, sarampo, mesmo a gente dizendo que [a doença] vai voltar”.

A médica insiste que a multivacinação é um caminho para garantir a melhor cobertura vacinal no país. “Serve para chamar a população e tentar aumentar a cobertura vacinal para aqueles que, porventura, não foram na rotina”.

Edição:

Graça Adjuto

Agência Brasil